



A importância do elemento retórico na Reforma Trabalhista brasileira de 2017

Aluno: Jonas Teixeira Couto Campos

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Nunes Ferreira

1. Introdução

O que motivou a investigação desta pesquisa é a aparência de inevitabilidade que a Reforma Trabalhista assume em vários momentos na discussão pública. Como forma de fazê-lo, buscamos, ao longo do projeto, atingir os objetivos propostos, dispostos no item 2, cuja consecução exigiu a construção de uma base teórica em três eixos. No primeiro (item 3.1), fez-se uma breve descrição, a partir da bibliografia selecionada, das transformações recentes no mundo do trabalho, notadamente no que tange à regulação do trabalho. No segundo (item 3.2), uma recuperação do debate sobre a retórica da economia foi empreendida, seguindo a intuição de que a característica de interesse da Reforma tem relação com a retórica que a envolve. No terceiro eixo (item 3.3), também por hipótese, intentamos utilizar a ideia de neoliberalismo, tomado enquanto forma de racionalidade, para captar as particularidades da retórica utilizada na justificativa da Reforma Trabalhista. Após feita essa pequena empreitada teórica, os conceitos e entendimentos desenvolvidos a respeito dos três eixos que orientaram esta pesquisa foram aplicados para analisar documentos, apresentados ao Congresso brasileiro, que intendem justificar a importância da Reforma Trabalhista de 2017 para o país, na tentativa de desvendá-los para melhor entender a Reforma (item 4).

2. Objetivos

Objetivo geral: encontrar evidências, a partir da análise dos documentos selecionados, que reforcem a hipótese de que a Reforma Trabalhista encampa uma visão de mundo neoliberal.

Objetivos específicos:

1 – Construir, a partir de revisão bibliográfica, um quadro sintético dos movimentos nas relações de trabalho nas últimas décadas, para contextualizar a Reforma;

2 – Construir, a partir de revisão bibliográfica, um entendimento acerca do debate sobre a importância da retórica na economia, para possibilitar um entendimento mais adequado da importância do discurso no movimento concreto da economia;

3 – Conceituar, a partir de revisão bibliográfica, o neoliberalismo enquanto racionalidade;

4 – Analisar os documentos selecionados para identificar seu argumento centrais, e contrastá-los com os argumentos neoliberais.

3.1. Primeiro eixo - Trabalho

Na revisão bibliográfica sobre os movimentos recentes do mundo do trabalho, três aspectos principais foram ressaltados: o trabalho em geral no capitalismo; as transformações na forma de organização da produção e do trabalho no contexto da revolução das tecnologias da informação; e a transição na forma de regulação do trabalho, crescentemente privada (em detrimento da pública).

O trabalho em geral no capitalismo foi entendido a partir de sua instrumentalização como forma de valorização do capital alheio. Em decorrência disso, o trabalhador perde o sentido de seu trabalho, desconectando-se tanto de seu processo quanto de seu resultado, e mantendo-se trabalhando apenas para poder ser um consumidor e, assim, satisfazer suas necessidades biológicas ou sociais. Essa desconexão aponta para uma cisão da sociedade em dois polos: em um, os trabalhadores, desprovidos de poder decisório e de sentido em sua atividade diária; em outro, os capitalistas, concentrando o poder decisório e o sentido das atividades diárias, suas e dos trabalhadores.

As transformações na forma de organização da produção e do trabalho no contexto da revolução das tecnologias da informação são marcadas pelo caráter fluido e flexível dos processos produtivos que foi imprimido pelo uso específico dessas tecnologias para as necessidades do capital, que tomam a forma do modelo toyotista de gestão do trabalho. Neste, a produção é centrada na máxima da racionalização do processo produtivo, colocando, para isso, os trabalhadores em uma situação de concorrência agravada, tanto entre si quanto consigo mesmos, aprofundando, em certo sentido, o movimento de controle total sobre o trabalhador que já estava presente no modo fordista de produção que o antecedeu, através da delegação ao trabalhador das responsabilidades sobre sua própria qualificação e empregabilidade.

A transição na forma de regulação do trabalho se dá por sua privatização, colocando a competência de regular as condições das relações de trabalho progressivamente fora das mãos do Estado e dentro das mãos do mercado. Passam a predominar, então, as políticas liberais de emprego, que visam apenas a corrigir defeitos ou falhas no mercado de trabalho, desconectando os problemas de trabalho e emprego da lógica de desenvolvimento econômico e social mais ampla da sociedade.

3.2. Segundo eixo – Retórica

Na revisão bibliográfica do debate sobre a retórica da economia, destacamos duas posições: uma que defende a economia como retórica; e outra que a critica. A defesa da economia como retórica se constrói a partir da constatação de que a história das controvérsias dentro da teoria econômica não mostra uma resolução a partir do realismo das teorias, ou de sua capacidade de explicar a realidade adequadamente, mas sim a partir de sua capacidade de convencer os demais economistas profissionais de que determinada teoria faz mais sentido. E isso, para esta posição, é razoável, porque, afinal, não é possível realmente chegar a um conhecimento objetivo, de forma que aquilo tido em grande escala como sensato ou correto efetivamente é o mais próximo possível que podemos chegar da verdade. A posição crítica, porém, argumenta que, embora seja necessário levar em conta o contexto em que determinada teoria foi produzida ou está sendo discutida para melhor entendê-la, isto é, embora o conhecimento econômico seja relativo, e não absoluto, ele necessariamente carrega algum tipo de asserção sobre o mundo real, cuja objetividade e coerência com os fatos pode ser aferida. Nesse sentido, a crítica à defesa da economia como retórica pura é a separação na teoria econômica daquilo que é retórica apenas, ligado às condições históricas e sociais de produção e uso da teoria, e daquilo que é ou não coerente com os fatos do mundo real. Para esta posição crítica, o apagamento da relevância do conhecimento econômico frente aos fatos do mundo real se dá, justamente, como um aspecto relativo, ligado ao tempo histórico em que a posição de defesa da economia como retórica é formulada: na era neoliberal, em que o domínio sobre a política econômica e a concepção mais geral do funcionamento da economia está nas mãos da racionalidade neoliberal (item 3.3), que toma as demais alternativas como simplesmente incoerentes.

3.3. Terceiro eixo - Neoliberalismo

Na revisão bibliográfica sobre neoliberalismo, entendemos que enquanto fenômeno analisado científica ou academicamente, ele é encarado de diversos ângulos, que têm em comum quatro elementos: o neoliberalismo não é uma recuperação do liberalismo clássico; a política neoliberal tem como alvo instituições fora do mercado, visando adequá-las à lógica do mercado; para isso, o Estado deve ser uma força ativa, o que é a principal distinção com relação ao liberalismo clássico; a visão ética e política do neoliberalismo é pautada pelos valores da competição e da desigualdade. Portanto, neoliberalismo não é liberalismo clássico nem é diminuição do papel do Estado, mas é uma transformação do pensamento liberal, que tem como contrapartida em termos políticos um papel relevante, e até fundamental, para o Estado na construção da sociedade.

Entendemos o neoliberalismo, então, como uma racionalidade política, isto é, um sistema normativo, uma série de parâmetros de comportamento que orienta os indivíduos e que molda a forma que tomam suas relações uns com os outros e consigo mesmos, forjado ao longo da história recente de forma não intencional, mas muito concreta. Esse sistema normativo tem como

elemento central a ideia de concorrência, estando, dessa forma, os indivíduos em constante competição, tendo que buscar sempre melhorar, ampliar, aperfeiçoar seu desempenho em qualquer que seja a situação. Dessa forma, o neoliberalismo é como que uma capilarização da concorrência; ele aparece nos indivíduos, em seus relacionamentos interpessoais e intrapessoais antes de ser uma orientação de política econômica ou uma definição do papel do Estado. Isso não é dizer que o neoliberalismo, nesta concepção, não tenha efeitos sobre a atuação do Estado e a política econômica; muito pelo contrário, o Estado e a política econômica são feitos de e por indivíduos, e a forma como esses indivíduos se comportam e acham correto se comportar têm enorme influência sobre os desenhos do Estado e de suas políticas, que funcionam eles mesmos como vetores de disseminação da racionalidade que orienta os indivíduos que os fazem. Como nosso objeto de análise são transformações legislativas, o comportamento do Estado em uma ordem política e social neoliberal é de grande relevo.

Na forma que tomam as políticas do Estado empresarial, então, há um apagamento de quaisquer outras formas de entender o mundo e os deveres do Estado que não seja a da eficiência, considerada um critério objetivo e indiscutivelmente benéfico a nível tanto individual quanto social. É essa característica do neoliberalismo que o faz tão dominante em termos discursivos e políticos, permitindo sua aplicação irrestrita sem que isso pareça ser uma escolha, mas se processando naturalmente, com uma pretensão sincera de neutralidade por parte de seus aplicadores. É possível discernir, neste último ponto, uma dimensão autoritária do neoliberalismo. O absolutismo moral que ele impõe ao pensamento torna justificável qualquer atrocidade feita em nome do objetivo humano maior da eficiência de mercado. Ao elencar o mercado como forma superior, como a única forma possível e ótima de funcionamento social, rompem-se todas as barreiras e ignoram-se as possibilidades e a liberdade de dissidência para atingir o estágio da organização de mercado.

4. Análise das justificativas da reforma trabalhista

Analisando a exposição de motivos e o parecer elaborado pela Câmara dos Deputados relativos ao Projeto de Lei da Reforma Trabalhista (PL 6.787, de 2016), é possível identificar, a partir da perspectiva da interpretação crítica no debate sobre a retórica da economia, isto é, tentando discernir o que há de verdade e o que há de concepções ligadas a um período histórico específico, o período de predomínio do neoliberalismo como racionalidade, elementos passíveis de qualificação como neoliberais. É priorizada, a priori, a solução de qualquer sorte de problema nas relações de trabalho através dos mecanismos de mercado, confiando na concorrência como melhor forma possível de sociabilidade à disposição das sociedades humanas. O problema fundamental identificado não está nas formas de organização social e econômica contemporâneas, mas na insegurança jurídica que um Estado pouco comprometido com a manutenção do funcionamento dos mecanismos de mercado gera, promovendo a ineficiência desses mecanismos. Não só isso, mas também a forma geral da argumentação aponta para uma outra dimensão do

neoliberalismo: o apagamento de formas alternativas de vida, colocando a forma baseada na concorrência entre indivíduos pelo mercado como a única forma razoável, sensata, de vida disponível, contribuindo contrariamente a uma discussão plural a respeito de maneiras de lidar com as questões do trabalho.